



## **A cidade virtual e a impossibilidade de uma cidade genérica<sup>1</sup>**

Marlivan Moraes de Alencar<sup>2</sup>  
Centro Universitário Senac, São Paulo, SP  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

### **Resumo**

Este trabalho se propõe a discutir a metrópole a partir do conceito de virtual, como um vir a ser carregado de uma potência criativa e criadora que envolve tanto a cidade quanto o sujeito que nela vive. De virtual a atual, a cidade genérica se transforma em um espaço de pertencimento que anima o indivíduo, transformando o espaço urbano em ambiente urbano e este em sujeito urbano. Ambiente urbano é outro conceito que se apresenta nesta discussão, considerado como o que pode traduzir de alguma forma a experiência humana no processo de transformação de si e do lugar que habita, como se ambos estivessem impregnados um do outro, compartilhando a potência da transformação cotidiana.

**Palavras-chave:** cidade; virtual; ambiente urbano

O conceito de virtual, como um vir a ser, se apresenta como fundamental para se pensar a vida nas grandes cidades. Não somente pela perspectiva de tomar a metrópole como o espaço da oportunidade - principalmente considerando os aspectos relativos ao consumo (de diversos tipos: culturais, de bens materiais ou simbólicos entre outros) e ao mercado de trabalho -, mas, e também, pela perspectiva de se viver em um espaço que cada vez mais se apresenta como desconhecido. Esse não conhecimento, ou desconhecimento transforma a cidade em uma questão sempre atual, na medida em que se busca entender que lugar ou lugares se apresentam como passíveis de serem apropriados como uma experiência de pertencimento, algo que interrompe o sentimento de estar de empréstimo ou provisoriamente vivendo em tal e qual lugar.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora Doutora do Centro Universitário SENAC e da PUCSP.



Talvez fosse interessante incorporar aqui a fala de Félix Guattari quando classifica o homem contemporâneo como um sujeito desterritorializado, vivendo uma realidade em que, paradoxalmente, tudo circula e ao mesmo tempo se mantém petrificado. À circulação de músicas, slogans publicitários, turistas, chips de informática etc. corresponde, na mesma medida, uma espécie de paralisia em que tudo parece permanecer no lugar, explica o teórico. De acordo com ele, “no seio de espaços padronizados, tudo se tornou intercambiável, equivalente” (1992: 169). A seu ver, o que os homens

podem esperar é reconstituir uma relação particular com o cosmos e com a vida, é se ‘recompor’ em sua singularidade individual e coletiva. A vida de cada um é única. O nascimento, a morte, o desejo, o amor, a relação com o tempo, com os elementos, com as formas vivas e as formas animadas são, para um olhar depurado, novos, inesperados, miraculosos. (Ibid.:169 e 179)

Trata-se, segundo Guattari, de restaurar uma cidade subjetiva, “que engaja tanto os níveis mais singulares da pessoa quanto os níveis mais coletivos” (ibid.:172). A cidade subjetiva é a cidade apropriada, conhecida, tornada hábito, mas não automatizada; capaz, desse modo, de chamar para si a atenção daquele que a habita (eu habito, moro, vivo nesta cidade), surpreendê-lo de algum modo com o inesperado, como o que se apresenta como diferente ainda que o mesmo. Essa interação, entendida aqui como a possibilidade não só de reação (da cidade em relação ao homem, do homem em relação à cidade), mas de troca autônoma, na qual cada um dos participantes pode responder e propor livre e criativamente, gerando situações de imprevisibilidade que conferem a essa experiência uma força de transformação, tanto física como subjetiva, se a cidade for assim considerada, como propõe James Hillman, um mundo com alma, porque “um mundo sem alma não oferece intimidade” (1993:24).

Dentro dessa discussão, Jesús Martín-Barbero destaca o quanto se tornou difícil pensar a cidade, quando

significa ter de assumir uma experiência de desordem e opacidade que resiste ao olhar monoteísta, onicompreensivo e exige de nós um pensamento nômade e plural, capaz de burlar os compartimentos disciplinares e integrar dimensão e perspectivas até então obstinadamente separadas. (1997: 206)

Há de se considerar nessa discussão o conceito de espaço urbano como algo que a ser relativizado na medida em que tal conceito se apóia sobre uma racionalidade voltada para a organização, divisão, subdivisão e distribuição do espaço da cidade. Giulio Carlo



Argan (1998) em texto de 1969 – Urbanismo, espaço e ambiente –, propõe se pensar a cidade como um ambiente urbano, como o que foge a racionalidade planejadora e se faz no decorrer dos processos concretizados “em um conjunto de relações e interações entre a realidade psicológica e a realidade física” (1998: 216).

Na cidade, o que o homem cria adquire visibilidade – mesmo que muitas vezes obscurecida pela ausência de um olhar –, torna-se marca da civilização. Nas metrópoles, as diferenças se mostram conflituosas ou solidárias, confirmando como uma de suas principais características a de ser um ambiente de competição acirrada. Entre os que a consideram como um espaço vivo e pouco domável está o arquiteto italiano Aldo Rossi<sup>3</sup>. Segundo ele, desde as primeiras construções havia um objetivo: o de criar “um clima favorável” à vida, o que lhes dava uma “intencionalidade estética” (2001:1).

A cidade, desde então, busca se afirmar como um espaço de sensibilidade, construindo uma história carregada de inúmeras mediações, explicitadas no campo da estética como uma discussão pública do que deve ou não se inscrever em sua superfície. Um desses conflitos é vivenciado pelos desejosos de expressarem-se tanto simbolicamente quanto materialmente (vide arte de rua e arquitetura vernacular) e pelos que tem o poder do controle e que tentam gerenciar, normatizar e domesticar seus usos e apropriações.

No âmbito desse embate diário, do que se faz e se desfaz, ora administração e expressão/necessidade/desejo se apresentam como forças aliadas, donas de um discurso comum que se utiliza corriqueiramente de uma fala voltada para a defesa do bem estar e de perspectivas futuras auspiciosas, ora como inimigos mortais. O que se tem no decorrer de tudo (impossível falar de um fim) é um filme (porque imagem em movimento) de um ambiente cujos contornos, objetivos e/ou subjetivos, são estabelecidos em função dos interesses e desejos de quem a constrói e de quem a habita.

Ao se considerar o virtual como eixo desta discussão, não se está unicamente tratando da virtualização instaurada pelas tecnologias digitais, com capacidade para retirar o sujeito da cidade e configurar uma realidade auto-suficiente e autônoma, podendo quase prescindir da fisicalidade dos corpos e dos ambientes, mas está se tratando também da virtualidade como algo que se manifesta como uma potência, a partir, exatamente, das relações estabelecidas entre o sujeito e a metrópole. A rua, nesse contexto, se apresenta com um espaço privilegiado para a experiência urbana, propício a um exercício público da cidadania.

---

<sup>3</sup> Raymond Williams faz um levantamento detalhado de como a literatura inglesa representava a cidade em seus textos, no seu livro *O Campo e a Cidade*.



Lefebvre (1999), ao contrapor posições a favor ou contra a rua, destaca que entre os que lhe são contrários, a sua associação com a mercadoria é tão fortemente colocada que praticamente tornam-se sinônimos.

A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. A velocidade da circulação de pedestres, ainda tolerada, é aí determinada e demarcada pela possibilidade de perceber as vitrinas, de comprar os objetos expostos. (...) A rua, série de vitrinas, exposição de objetos à venda, mostra como a lógica da mercadoria é acompanhada de uma contemplação (passiva) que adquire o aspecto e a importância de uma estética e de uma ética. (LEFEBVRE, 1999: 31)

O caminhante, mais especificamente, aquele que toma a rua como um espaço de consumo, busca usufruir prazerosamente desse jogo de sedução tomado pelo desejo de consumir, desejo muitas vezes irrealizável, principalmente se for considerado o aprofundamento das diferenças sociais propiciadas pela globalização da economia.

Se no universo da política o sujeito pode não encontrar espaço para se manifestar e exercer seus direitos – entre as camadas sociais menos favorecidas nem mesmo os direitos a uma vida digna são garantidos –, o consumo, que para muitos pode ser considerado como espetáculo, assume uma dimensão que vai além do ato da compra como atividade econômica. Consumir adquire proporções políticas, segundo Nestor Garcia Canclini (1997). O teórico chama atenção, no entanto, para o fato de que se essa esfera pode ser vista como uma esfera de exercício da cidadania, com a globalização mais uma vez a maioria é excluída, sendo destituída do seu direito de “decidir como são produzidos, distribuídos e utilizados esses bens” (1997: 30).

Outro aspecto considerado por Canclini, é a necessidade de olhar para o consumo como algo que simboliza muito mais do que o estado de saúde financeira de uma economia.

(...) quando se reconhece que ao consumir também se pensa, se escolhe e reelabora o sentido social, é preciso se analisar como esta área de apropriação de bens e signos intervém em formas mais ativas de participação do que aquelas que habitualmente recebem o rótulo de consumo. (1997: 30 e 31)

Beatriz Sarlo (2000) compara o consumidor à figura de um colecionador às avessas, aquele que entra nas lojas em busca do prazer de adquirir o objeto. Se o colecionador constrói um tesouro com suas aquisições, o consumidor sabe que, imediatamente depois de sua posse, o objeto perde o seu brilho e deixa de ser interessante tanto do ponto de vista simbólico quanto do ponto de vista econômico. Para



este consumidor, a cada objeto adquirido, surgem outros mais significativos e desejantes solicitando atenção e apropriação. O colecionador às avessas “em vez de colecionar objetos, coleciona atos de aquisição de objetos” (2000: 26).

Outro tipo de consumidor seria, ainda segundo Sarlo, o excluído do mercado, para quem o valor de uso assume características definidoras no momento da escolha. Entre estes, os que ainda sonham consumos imaginários e os que reduzem esses sonhos ao mínimo necessário para a manutenção da vida. Para esse sujeito, o objeto se esgota no seu uso e não no ato da aquisição.

O que unifica o colecionador às avessas e o excluído do mercado, de acordo com a autora, é a constituição de uma identidade transitória dada pelo consumo. “Ambos pensam que o objeto lhes dá (ou daria) algo de que precisam, não no nível da posse, mas no da identidade. Assim os objetos nos significam: eles têm o poder de outorgar- nos alguns sentidos, e nós estamos dispostos a aceitá-los” (SARLO, 2000: 22-28).

A associação entre o consumo e a metrópole parece se constituir em algo intrínseco a ambos, como estruturador da essência do sujeito metropolitano e da própria cidade: o que os unifica mais fortemente. O sentido da palavra consumo adquire um aspecto expandido, como o que sai do âmbito da troca mercantil mediada por uma moeda, e se coloca como fruição, captura sensível do que sobre o sujeito exerce um poder impossível de ser negado e a oferta generosa do que se deixa ver como estratégia sedutora.

Na vida cotidiana dos sujeitos metropolitanos os afetos se constroem não em direção do que são considerados atributos de uma cidade, mas também, e principalmente, na relação que se estabelece no processo do fazer-se como sujeito e ambiente. A cidade significa, afeta, desperta sentimentos, provoca, acolhe, expulsa, é familiar e também estrangeira. Os que por ela passam ou nela vivem, da mesma maneira, constroem sentidos, significam, afetam, despertam sentimentos, provocam, desafiam, acolhem, rechaçam e se fazem, deixando-se impregnar e sendo impregnados pela metrópole. Não é possível pensar a cidade sem a mediação de seus personagens. Do mesmo modo também é impossível pensar – tomando em conta a perspectiva do homem como o que encena – nesses sujeitos sem ter em conta a cidade e como ela deixa neles as suas marcas.

No final do século XIX, as impressões causadas pelo processo de metropolização provocavam reações apaixonadas. Para Hegel, em relato feito por Walter Benjamin, há uma semelhança assustadora entre os moradores das cidades



grandes. Estar em Paris ou em Berlim não faz mais a menor diferença quando todos se vestem da mesma maneira e os rostos são mais ou menos os mesmos. A diferença estaria não na qualidade mas na quantidade de pessoas que ocupam as ruas (1994a: 115).

Engels, por sua vez e ao contrário de Hegel, descreve a multidão através das sensações que esta lhe causa, conferindo ao seu relato contornos qualitativos e emocionais: como observador, sente uma espécie de nojo diante da indiferença com que as pessoas tratam umas às outras. Apesar de referir-se a metrópole em formação, o dito guarda elementos que podem ser, tranquilamente, atribuídos às cidades contemporâneas.

Estas centenas de milhares de pessoas, de todos os estados e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão todos seres humanos possuindo as mesmas qualidades e capacidades e os mesmos interesses na procura da felicidade? E não deverão, enfim, procurar a felicidade com os mesmos métodos e processos? E, contudo, estas pessoas cruzam-se a correr, como se nada tivessem em comum, nada a realizar juntas (...) Esta indiferença brutal, este isolamento insensível de cada indivíduo no seio dos seus interesses particulares, são tanto mais repugnantes e chocantes, quanto é maior o número destes indivíduos confinados neste reduzido espaço (...) A desagregação da humanidade em células, das quais cada uma tem um princípio de vida próprio e um objetivo particular, esta atomização do mundo, é aqui levada ao extremo (ENGELS, 1975: 56 e 57).

O sobressalto de Engels revela um estado de desconforto e de recusa das ruas tomadas, segundo ele, por uma massa anônima, onde cada um assume o ritmo da multidão, sem nem mesmo se dar conta do quanto isto significa em termos de apagamento de suas próprias subjetividades. O olhar se esconde, recusando a sua realização, resumindo-se a se precaver do aparentemente ameaçador. Daí os acordos tácitos, o comportamento automatizado. Todos estariam unidos pelas configurações sociais e pelas exigências decorrentes da vida nas grandes metrópoles, ainda que isso não signifique que compartilhem objetivos comuns.

Nesse contexto, os sentidos passam a ser exigidos de outra maneira, quase de modo especializado, uns se apuram em detrimento de outros de acordo com o momento vivido e dentro de um esquema no qual interesses são disfarçados ou explicitados. Nesse exercício de traquejo social, em que atitudes curiosas tornam-se condenáveis, a visão não é somente o sentido mais solicitado, mas também aquele que deve bastar ao sujeito metropolitano, pouco afeito a conversas com desconhecidos.

Adotar esse tipo de comportamento é assumir o uso da máscara como convenção para a manutenção da vida. A antipatia é a sua face, “antagonismo latente e estágio prévio do antagonismo prático, ela realiza as distâncias e os afastamentos, sem o que



esse tipo de vida não se poderia realizar. (...) o que aparece aqui imediatamente como dissociação é na verdade apenas uma de suas formas elementares de socialização”, explica Georg Simmel no ensaio “As grandes cidades e a vida do espírito” (2005: 583).

A convivência exige, portanto, que o sujeito recolha sua espontaneidade, revestindo-se de um véu que o proteja da exposição diante de seus companheiros metropolitanos. A socialização torna-se um trabalho demorado e cuidadoso de modo a garantir um mínimo de segurança e de tranquilidade aos envolvidos. Dentro da multidão, o sentimento é de solidão, “pois aqui, como sempre, não é de modo algum necessário que a liberdade do ser humano se reflita em sua vida sentimental como um sentir-se bem” (SIMMEL, 2005: 585).

A cidade é esta zona de tensão, paisagem aparentemente inócua, onde seres transitam e/ou ficam, bem ou mal integrados ao seu ambiente, mas conscientes dessa condição. Simmel propõe o conceito de blasé como qualificativo desse homem. As grandes avenidas, o dinheiro, o relógio de ponto, o tamanho da área geográfica, o número de pessoas que a ocupam, a tecnologia, a arquitetura, a burocracia, a competitividade, a indiferença, o consumo, a busca pelo prazer, entre outros, são, ao mesmo tempo, causa e efeito de um novo estilo de vida cujo resultado é uma pessoa que, a despeito dessas forças, resiste tentando preservar sua autonomia e a peculiaridade de sua existência frente às superioridades da sociedade, da herança histórica, da cultura exterior e da técnica da vida – a última reconfiguração da luta com a natureza que o homem primitivo levou a cabo em favor de sua existência corporal (ibid.: 577).

A rotina metropolitana tem como base pontualidade, calculabilidade e exatidão, elementos que, segundo Simmel, extrapolam o espaço das relações pautadas pelo dinheiro ou pela intelectualidade – qualidades fundadoras do sujeito urbano –, estando também presentes em outras esferas da vida de modo a “facilitar a exclusão daqueles traços essenciais e impulsos irracionais, instintivos e soberanos, que pretendem determinar a partir de si a forma da vida, em vez de recebê-la de fora como uma forma universal, definida esquematicamente” (ibid.: p. 580 e 581). Os possíveis arroubos irracionais ou emocionais, no entanto e apesar de tudo, são possíveis, mesmo sendo considerados opostos a esse modo de vida. São todos esses fatores que levam à constituição do ser blasé, fenômeno psíquico caracterizado pela mais alta impessoalidade em contraste com uma subjetividade altamente pessoal.

Apesar de estar se referindo às condições de vida do início do século XX, a força desse pensamento se atualiza quando, em um tempo sobreposto e simultâneo





experimentado por cada um dos habitantes da metrópole contemporânea, o peso das relações que nela se constituem se potencializa com a velocidade de produção e de fluxo da informação, exigindo desse ser blasé que cada vez mais seja reforçada sua postura distanciada e seletiva. Que fique claro, no entanto, que isto não ocorre de modo tranquilo, assim como não ocorria no século passado, quando, entre muitos que parecem iguais – cosmopolitas e indiferentes – o sujeito ainda resiste a ser apenas um entre tantos que se deslocam pelas ruas das grandes cidades ou pelas infovias da Web.

Paul Virilio (1993; 1996a; 1996b) se apresenta como um dos críticos mais agressivos dessa sociedade onde a cidade se virtualiza e substitui todos os modos de organização e de entendimento com que operava antes do advento da informática. O espaço perde sua dimensão e a cidade, segundo ele, “desaparece então na heterogeneidade do regime de temporalidade das tecnologias avançadas” (1993: 11). O autor é incisivo em suas afirmações e seu diagnóstico parece ser impossível de ser refutado, dado a quantidade de informações e o tom veloz com que o constrói. Com a interface da tela (dos computadores, da televisão etc.) diz Virilio,

o espaço construído participa de uma topologia eletrônica na qual o enquadramento do ponto de vista e a trama da imagem digital renovam a noção de setor urbano. À antiga ocultação público/privado e à diferenciação da moradia e da circulação sucede-se uma superexposição onde termina a separação entre o ‘próximo’ e o ‘distante’... (1993: 10).

As grandes cidades mudaram, adquiriram novos significados construídos em um mundo virtual em expansão onde o contato face-a-face deixa de ser uma condição do conhecimento e a máscara eletrônica assume e substitui o corpo, tornando-o onipresente, mas destituído de espessura, raso como a membrana da interface, profundo como um buraco negro.

Se a partir de então pode-se não somente agir, mas ainda “teleagir” – ver, ouvir, falar, tocar ou ainda sentir à distância – surge a possibilidade inaudita de um brusco desdobramento da personalidade do sujeito que não saberá deixar intacta por muito tempo “a imagem do corpo”, ou seja, a propriocepção do indivíduo (1993: 96).

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação extrapolou as fronteiras físicas, configurando um mapa geopolítico e cultural móvel e competitivo cujo caráter volátil e aberto é uma de suas principais propriedades. Essa realidade virtualizada se faz presente como um espaço expandido, mais um campo de ação do e para o sujeito dentro do qual ele disputa um lugar de exposição.

O sentido da visão, como anunciado por Simmel em 1903, adquire potência





máxima quando a realidade, em grande parte, se tornou imagem, inaugurando um novo regime de visualidades e visibilidades que partem de um terminal de computador, objeto privado de caráter público, quando se oferece à manipulação indiscriminada. Esse espaço de experiência virtual, no entanto, ainda não pode ser pensado como tendo substituído a que se vive no espaço da cidade, onde, afinal, todos estão ou de onde todos são. Simmel apontava para a necessidade de se pensar o sujeito em relação a essa exterioridade. Para ele,

Onde os produtos da vida especificamente moderna são indagados acerca de sua interioridade; onde por assim dizer o corpo da cultura é indagado acerca de sua alma – como me parece ser atualmente o caso no que diz respeito às nossas grandes cidades – a resposta precisa ser buscada na equalização promovida por tais formações entre os conteúdos individuais e supra-individuais da vida, nas adaptações da personalidade, mediante as quais ela se conforma com as potências que lhe são exteriores. (2005: 277)

A exterioridade da cidade em relação ao sujeito teria então a mesma ordem de grandeza da exterioridade do sujeito em relação à cidade. Entre eles um devir, um tornar-se outro se mantendo o mesmo. O que há de desconhecido e de habitual entre os dois que se transforma e os transforma mutuamente? Portas entreabertas indiciais deixam ver pedaços do que pode estar por trás, muros que interrompem o passeio exigem uma ação de superação dada pela força de sua destruição, pelo desvio ou por sua escalada de modo a se descobrir o posto do outro lado.

Em todos os momentos estão em jogo sensibilidades e escolhas, promessas e penas infligidas aos que arriscam se perder na metrópole. A força que envolve sujeito e cidade permite que se trabalhe as relações entre ambos, mediadas pelo que existe de potência como algo inerente ao vivo. Dessa forma, deixa-se de pensar unicamente em virtual como o que é possibilitado pelas mídias, mais particularmente pelas redes de teleinformática, e passa-se a pensá-lo a partir do processo de transformação que lhe é intrínseco.

Pierre Levy atualizou esse conceito dentro do contexto da informática, tratando das implicações socioprodutivas e políticas engendradas pelo ciberespaço, que geram uma espécie de desterritorialização, liberando o sujeito da ordem espacial física e do tempo contado pelo relógio ou pelo calendário. “A sincronização substitui a unidade de lugar, e a interconexão, a unidade de tempo”<sup>4</sup> (1996: 21). A virtualização estaria nessa

---

4 Essa substituição, no entanto, não é absoluta, destaca o autor, uma vez que as tecnologias de comunicação, de algum modo, provocam situações que estendem os corpos no tempo e no espaço, mas estes continuam tendo o seu próprio tempo e lugar. Ele dá como exemplo a ligação telefônica como desdobramento desse corpo. “O telefone separa a voz (ou corpo sonoro) do corpo tangível e a transmite à distância. Meu corpo tangível está aqui, meu corpo



potência de liberação dada pelas tecnologias.

O virtual, segundo ele, não se opõe ao real, mas ao atual. Levy considera o virtual como um “nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização” (1996: 16). A atualização, desse modo, ocorre como um vir a ser de algo que não está contido na situação como previamente esperado. Este devir se processa por combinações e invenções originais produzindo qualidades novas que levam novamente ao virtual que, por sua vez, chama por uma nova atualização. No virtual há algo que existe em potência e não como ato. “O atual em nada se assemelha ao virtual: responde- lhe” (LEVY, 1996: 17).

Na filosofia aristotélica esse conceito de potência está relacionado com os conceitos de matéria e de forma. Matéria é uma das três substâncias da sua metafísica, aquela que é desprovida de propriedades ou atributos, a matéria pura. As outras duas são a forma pura – cujas qualidades são eternas e imutáveis – e a substância indeterminada que se constitui de matéria e forma, os seres do mundo sensível. Destas substâncias a mais imperfeita é a matéria (aquilo de que a coisa é feita) e a mais perfeita é a forma (determinada e material) (CHAUI, 1994 :281). A forma é o ato ou atualidade, é o real; a matéria é potência ou potencialidade, é o que vem a ser.

O devir é o movimento (qualitativo, quantitativo) de passagem do possível ao real, e a cada momento, um real contém novas possibilidades que deverão ser atualizadas. (...) O devir existe; o devir é necessário; o devir é racional; o devir é inteligível; o devir pode ser conhecido. O devir é realização (tornar-se real); é formação (receber formas); é atuação (tornar-se ato) (ibid.: 285).

De acordo com Abbagnano (2007), potência é o princípio ou a possibilidade de uma mudança qualquer, segundo a definição de Aristóteles. O filósofo teria encontrado para este significado geral mais quatro significados específicos.

a) capacidade de realizar mudança em outra coisa ou em si mesmo, que é a potência ativa; b) capacidade de sofrer mudança, causada por outra coisa ou por si mesmo, que é a potência passiva; c) capacidade de mudar ou ser mudado para melhor e não para pior e d) capacidade de resistir a qualquer mudança ( 2007: 915).

O conceito Aristotélico de potência assim com o posto por Levy em uma perspectiva mais contemporânea, está associado à idéia de passagem, transformação de uma forma em outra. Essa passagem, no entanto, ocorre sempre de modo não previsível,

---

sonoro, desdobrado está aqui e lá” (LEVY, 1996, p. 29).



como tensões que se resolvem através de soluções criativas, capazes de estabelecer situações novas para os envolvidos no processo. O virtual, nesse contexto, seria o mesmo que o potencial.

Ao se tomar a metrópole como virtual, está-se propondo que esta seja pensada como esse nó de tendências, um problema que se atualiza de modo improvável enquanto se transforma. Do mesmo modo, os sujeitos também são problemas que exigem uma solução. Tanto um quanto o outro (metrópole e sujeito) encontram sua força na potência do vir a ser como o que os aproxima e/ou distancia, exterioridades que se relacionam e que, afinal, apontam para a interioridade própria a cada um. Não há cidade sem sujeito e não há sujeito sem cidade e a potência ou a força de atualização de ambos está na relação que os envolve.

Na história dessa dupla, os pares se revelam ligados de tal modo que um e outro permitem a um e ao outro uma espécie de movimento confirmador da indissolubilidade do contrato, na medida em que detalhes e idiosincrasias tomam o primeiro plano, justamente se mostrando como devires atualizados, segundo o que a ambos foi apresentado como problema. Nesse processo, a cidade pode se tornar uma grande aliada. É nela que pode estar a saída para a miséria e o fim do desencanto, é sobre o sujeito que mais explicitamente a cidade deixa suas marcas. De um acanhado figurante na cena metropolitana, o sujeito pode se transformar de modo gradual, passando de pequenos papéis a arriscadas empreitadas.

Por seu lado, a metrópole pode se colocar, em um primeiro momento, como uma cidade-fantasma, imagem desfocada, apagada pela luz que a destitui de definição. Esse modo de apresentação traz o sujeito metropolitano para um espaço que parece perder, a cada dia, os seus contornos, transformado de tal maneira em uma cidade genérica, sem identidade e sem passado, entregue às ambições capitalistas que tentam, de todas as formas, destituí-la de sua história.

O deslocamento automotivo é uma das formas de apagamento que incide sobre homem e metrópole, com força de criar essa cidade genérica. A partir desse ambiente maquinímico a cidade aparece enquadrada pelas janelas e vidros do carro, refletida nos retrovisores, redimensionada por uma perspectiva horizontal de um sujeito que a atravessa sentado, afastado e preservado da realidade que o cerca. Se no decorrer dos acontecimentos, esse estado vir a se modificar, a cidade virtual se atualiza como um ambiente descoberto, resgatado da pseudo-uniformidade de uma metrópole genérica, que como a descreve Henry-Pierre Jeudy,



cria seu próprio passado, sua própria história ao longo do tempo, sem se preocupar com os vestígios que simbolizariam seu futuro, produzindo demolições sem a menor nostalgia. A cidade autometamórfica. (...) à dissolução das distinções pelo triunfo da similaridade, a estética urbana parece responder corretamente à necessidade de segurança mental que permite a crença na representação compreensível de uma certa unidade da cidade. (2005: 98 e 99)

Na cidade sem identidade, a força de sua liquidez (BAUMAN, 2001) se transforma em pesadelo para quem descobre, tardiamente, o quanto a sua incapacidade de pertencer a um lugar, preferencialmente ao lugar onde vive, o fragiliza e fragiliza a cidade como um espaço que significa. E ambos entram em conflito, transfigurados pela insegurança de estarem diante um do outro, sem a menor garantia de que serão preservados em suas especificidades. Ao contrário desta, a cidade virtual não se enquadra em modelos ou propostas generalizantes.

Assim é que conceitualmente metrópole e sujeito urbano não estão, de maneira alguma, desvinculados. É à cidade que o sujeito recorre, como um lugar “preenche de significações ilimitadas, no desenvolvimento da existência anímica” (SIMMEL, 2005: 289). Essa cumplicidade se constrói como uma situação de risco, uma vez que desse encontro surgem novos desencontros e outros encontros, em um jogo virtual-actual do ser em potência.

### **Referências bibliográficas**

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. Tradução coordenada por Alfredo Bosi. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ACSELRALD, Henri. A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. Tradução de Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no Auge do Capitalismo. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994a.

CANCLINI, Néstor Garcia. Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização. Tradução de Maurício Santana Dias. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GOFFMAN, Erving. A Representação do eu na vida cotidiana. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 2007.



- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Tradução de Ana Lucia de Oliveira, Lucia Claudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992.
- HILLMAN, James. *Cidade & Alma*. Tradução de Gustavo Barcellos e Lucia Rosenberg. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1997.
- SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna: intelectuais, arte e videocultura na Argentina*. Tradução de Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000.
- SIMMEL, Georg. *As grandes cidades e a vida do espírito (1903)*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, Oct. 2005. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10 July 2011.
- VIRILIO, Paul. *Espaço crítico*. Tradução de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Velocidade e política*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Estação Liberdade, 1996a.
- \_\_\_\_\_. *A arte do motor*. Tradução de Paulo Roberto Pires. São Paulo: Estação Liberdade, 1996b.